

Editorial

Dossiê Povos indígenas e território

Este dossiê “*Povos indígenas e território*” evidencia os estudos que as Ciências Humanas vêm realizando acerca da relação entre, Povos indígenas e território, para contribuir em torno com os processos de luta pela terra; territorialidade e resistência; desterritorialização, violências e conflitos territoriais; autodemarcação, retomadas e autonomias; decolonialidade e gênero, dentre outros, a fim de aprofundar a compreensão das múltiplas realidades territoriais dos povos indígenas no Brasil e na América Latina.

As ações de reterritorialização indígena e seu protagonismo evidenciam a luta contra as formas de apropriação territorial das atividades vinculadas ao agronegócio e ao neoextrativismo. Diante deste contexto, as contribuições produzidas pelos indígenas, protagonistas na produção do conhecimento nos territórios, são cada vez mais experiências que valorizam as ontologias elaboradas desde *epistemes* em r-existência. É importante visibilizar as formas com que estas experiências tensionam o caráter pretensamente universal do conhecimento moderno, demonstrando que a produção de saberes dos diversos povos indígenas no Brasil e na América Latina se converte em verdadeiras ferramentas de luta, catalizadores de políticas públicas e de ações autônomas/de autogoverno.

Por meio de trabalhos procedentes das áreas de conhecimento, de distintos contextos territoriais, formuladas a partir de diversos campos temáticos e teóricos, e do debate interdisciplinar e decolonial, buscamos uma aproximação e um diálogo aberto, rico em alteridade, que proporcionem o entendimento da relação entre povos indígenas e território no Brasil e na América Latina.

O primeiro artigo que compõe o dossiê é de Paulo Baltazar e Celma Francelino Fialho e intitulado, *Poké'ixa Ūti - Vípuxovoku: Território - Aldeia Bananal*. O trabalho é resultado da pesquisa na geografia indígena, procurando descrever o processo histórico e geográfico da criação da reserva indígena de Taunay/Ipegue, no estado do Mato Grosso do Sul. O texto tem por objetivo analisar as consequências da organização socioespacial depois de mais de um século da imposição da cartografia oficial do Estado brasileiro, neste contexto de políticas indigenistas para os Terena, de os integrar e assimilá-los no conjunto de uma vida plástica nos moldes urbanos. Os autores nos brindam também com uma tradução do artigo na língua Terena, o que valoriza ainda mais o debate intercultural.

Elemir Soare Martins, em seu artigo, *Criança mitã'ĩ na perspectiva dos kaiowá e guarani da atualidade no tekoha tradicionais em te'yikue*, discute “a concepção da comunidade da Te'yikue sobre a criança Kaiowá e Guarani das áreas retomadas tradicionais, na atualidade e, por conseguinte como a instituição escolar interfere e contribui na forma como as crianças constroem o modo de agir fora do lugar da convivência”. O objetivo do texto foi o de analisar a construção da concepção sobre a criança das retomadas, e a partir disso possibilitar a compreensão da temática indígena para se trabalhar na escola. Por meio de trabalho de campo realizado nas retomadas Ñandeva e Te'yi Juçu, o Ava Guarani Ñandeva afirma que, “segundo os Ñanderu, *mitã* vem de um dos planos, situados nos patamares que Pereira classifica em três: *Pa'i rei*, *Yvy e Yvaga*. *Yvy* é onde o humano habita, a terra, o *Pa'i rei* é onde os não humanos noturnos habitam, onde um *Jara Noturno* cuida e administra o lugar, o *Yvaga* é o patamar superior à *Yvy*, onde contempla vários planos.”

Bruna Eduarda K. Folmer e Cecilia Hauresko propõem no artigo, *Os Kaingang da Terra Indígena Marrecas: reflexões sobre terra e território*, uma reflexão sobre o significado de terra e território para o povo Kaingang da Terra Indígena (TI) Marrecas, no município de Turvo, estado do Paraná. Para isso as autoras analisam as relações políticas e disputas por terras, entre os indígenas, Estado e outros agentes privados. Nesse processo, consideram que os indígenas foram desterritorializados, o que alterou a forma deles se relacionar com a terra, ao mesmo tempo em que foram criados novos arranjos territoriais contemporâneos, sejam no campo material ou simbólico, produzidos nesse conflito.

Jean Paulo Pinheiro Gomes e Gutemberg de Vilhena Silva, no artigo, *A mobilidade indígena na Região das Guianas*, tratam da presença e mobilidade (ou trânsito) indígena nos diferentes na fronteira Brasil/Guiana Francesa. Os autores consideram no texto que a fixação dos países colonizadores e a colocação de fronteiras no território da região estudada, promoveu importante mudanças no espraiamento e no cotidiano indígena, particularmente a que os inseriu em contextos de diferentes nacionalidades, desterritorializando dos seus territórios de pertencimento ancestral. Entretanto, essas condições não os fizeram converter a uma pátria ou a outra. Esses indígenas contribuíram, segundo os autores, estratégias de trânsito nessa fronteira.

Pamela Staliano e Bruna Aparecida Moraes Andrade, no artigo *Colonialidade, Mulheres Indígenas e Violências na Fronteira do Brasil com o Paraguai*, analisam como que o estado de Mato Grosso do Sul apresenta a maior taxa, por 100 mil habitantes, de

estupro e violência contra a mulher do Brasil. Segundo as autoras, atualmente, áreas de fronteira na América Latina se tornaram um laboratório das violências sofridas pelas mulheres, a exemplo dos crescentes casos de feminicídio. Para isso, fazem uma radiografia das violências sofridas pelas mulheres indígenas Guarani e Kaiowá, especificamente na faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai. Segundo o texto, “constatou-se que as principais vítimas de violência são mulheres jovens com até 30 anos, que foram mortas ou agredidas por seus companheiros, em sua maioria pelo uso da força e residentes na Reserva Indígena de Dourados”. Nesse debate é imprescindível para a articulação de uma rede especializada de atendimento e a implementação de políticas públicas, que considerem a interseccionalidade de marcadores sociais de gênero, etnia, idade e território, como fatores de proteção para à violência contra as mulheres indígenas.

Luís Gustavo Guerreiro Moreira, no artigo, *Entre o desenvolvimento e a (re)existência: os militares e a exploração das terras indígenas*, analisa como que “a exploração econômica dos territórios indígenas é, historicamente, objeto de interesse dos militares que, em consórcio com o agronegócio e empresas mineradoras, conduzem e influenciam o atual governo”. Segundo o autor, texto procura “questionar papel do militar na política indigenista, perpetuando um paradigma colonial que considera o índio como um entrave ao desenvolvimento nacional”. Por meio da análise do Projeto de Lei (PL) 191/20, o autor discorre como o atual governo viabiliza sua política anti-indígena, para regulamentar a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em terras indígenas, o que tem promovido degradação ambiental e violência no Brasil e notadamente na Amazônia brasileira.

Sandoval dos Santos Amparo, no artigo, *Um Olhar Contemporâneo para os Saberes Indígenas: Diversidade Territorial, Pensamento Divergente e Continuidade Ontológica*, propõe contribuir com a interpretação dos geógrafos sobre as lutas sociais contemporâneas para a defesa dos direitos indígenas. Para isso coloca em “debate a compreensão das múltiplas escalas e temporalidades que intervêm no espaço concreto das aldeias indígenas e suas relações sociais”, inter-relacionando com os conceitos de “identidade, o feminismo, o antirracismo e o preconceito de base interseccional – que pautam as lutas sociais contemporâneas, vistas como lutas por espaço” “e seus possíveis impactos teóricos e metodológicos para a Geografia contemporânea”. Considera, assim, a “necessidade de diálogo com estas cosmovisões”, numa abordagem intercultural entre os mundos indígena e não indígena.

Marcos Mondardo, no artigo “Corpos de mulheres indígenas frente às violências na América Latina: o território como r-existência e como corpo-território” analisa o corpo-território desde às lutas contemporâneas das mulheres indígenas latino-americanas diante as violências e violações de direitos humanos. Desde uma perspectiva de descolonização do poder, o autor considera que “Lutar por corpo-território é sempre lutar por existir”. Como exemplo dessa luta e acionamento do conceito de corpo-território, Mondardo demonstra as ações coletivas da Kuñangue Aty Guasu, a Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani. Segundo o autor, “o coletivo é organizado por mulheres indígenas em assembleias multiterritoriais que se transformaram em verdadeiros espaços políticos de organização de defesa do corpo e do território. As mulheres são as porta-vozes na luta contra as violências e por territórios sagrados, os *tekoha*”.

Assim, fica o convite à leitura dos artigos que compõem esse dossiê. Desejamos que as ideias analisadas nesses textos despertem e multipliquem novos debates, cada vez mais profundos e sempre na esperança de algum efeito prático, para fazer frente ao eurocentrismo, ao colonialismo, ao patriarcado e à destruição predatória da natureza pela globalização neoliberal. Oxalá que esse debate contribua efetivamente para a luta dos povos indígenas – protagonistas desse movimento de descolonização em diversos espaços – por terra, ancestralidade, encantamento, território e corpo.

Coordenadores

Marcos Mondardo

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

marcosmondardo@yahoo.com.br

Elisa Pinheiro de Freitas

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

elisa.freitas@ufms.br